

REFORMA DA CONSTITUIÇÃO DE 1891

A reforma da Constituição de 1891, que alterou os artigos 6º, 34, 37, 59, 60 e 72 da Carta republicana, foi aprovada pelo Congresso Nacional e entrou em vigor como Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926.

A própria Constituição de 1891 previu a possibilidade de ser emendada. Em seu artigo 90 dispôs sobre as circunstâncias em que tal reforma poderia se dar, instituindo, assim, as regras de atuação do poder constituinte derivado. Segundo aquele artigo, qualquer emenda ao texto constitucional só poderia ocorrer por iniciativa do “Congresso Nacional ou das Assembleias dos Estados”, seguindo-se as exigências relativas ao quorum para o encaminhamento do projeto de reforma e sua posterior aprovação. O artigo também definia os limites do poder reformador, afirmando a impossibilidade de serem objeto de deliberação “projetos tendentes a abolir a forma republicana federativa ou a igualdade de representação dos Estados no Senado”.

DO DEBATE À REFORMA

Pode-se dizer que a idéia de uma revisão constitucional esteve sempre presente no horizonte político da Primeira República, e que o artigo 90 da Constituição de 1891 talvez tenha sido objeto dos mais ardorosos debates, não só entre os juristas, como também entre todos os habitantes do campo político. Cabe lembrar que, em 1904, Lauro Sodré fundou o Partido Revisionista, pelo qual levantou a bandeira de uma profunda revisão da Carta, com o alargamento do poder constituinte derivado, de modo que fosse capaz até, no interesse da nação, de promover a revisão da forma republicana e federativa de governo; que Rui Barbosa e o Partido Civilista tinham como uma de suas principais plataformas uma ampla reforma constitucional; e que alguns artigos sobre a necessidade da revisão constitucional foram publicados por Oliveira Viana, Alberto Torres e Epiácio Pessoa, entre outros.

A despeito dos acirrados debates, e ainda que constatada a necessidade de adaptar a Constituição às peculiaridades de seu tempo (para juristas como Castro Nunes, a Carta de

1891 fora promulgada já em desacordo com a realidade institucional brasileira), somente em 1924 o Congresso Nacional apresentou o primeiro projeto de reforma. E a circunstância não poderia ter sido mais desfavorável, mesmo depois de 30 anos de discussão.

Esse primeiro projeto de emenda constitucional veio à luz durante o governo Artur Bernardes. E, de fato, o governo Bernardes não começara bem. Na campanha eleitoral, o candidato do Partido Republicano Mineiro (PRM) viu-se envolvido no escândalo das “cartas falsas”, quando lhe foi atribuída a autoria de cartas que dirigiam insultos ao marechal Hermes da Fonseca, espécie de baluarte inatacável da tradição militar brasileira. Eleito, Bernardes precisou enfrentar a força dos movimentos operários, que se organizavam em sindicatos, de notória inspiração comunista, e os tenentes insatisfeitos com seu governo, tido pela baixa oficialidade como servidor dos interesses oligárquicos. Viu-se, também, às voltas com a crise do sistema em que se baseavam a política dos governadores e o equilíbrio político do governo federal. Assim, restava ao presidente Bernardes conduzir seu governo entre sucessivas decretações de estado de sítio, na forma que lhe autorizava o artigo 80 da Constituição de 1891.

A primeira objeção enfrentada pelo projeto de reforma constitucional veio do fato de ter sido orquestrado pelo Executivo e levado à bancada governista na Câmara, que o apresentou como de sua autoria. A oposição levantou a hipótese da nulidade do projeto, visto que desrespeitava preceito contido no art. 90. Depois, a reforma foi atacada em razão de seu conteúdo, o qual, para muitos, representava o fim do modelo federalista, com a ampliação das possibilidades de intervenção nos estados e a supremacia do Poder Executivo sobre os outros poderes, principalmente no tocante ao estado de sítio, “uma formidável aberração”, no dizer do deputado Azevedo de Lima.

Dessa forma, a reforma, de inspiração casuística, surgia como tentativa do Executivo de obter instrumentos de coerção que pudessem fazê-lo resistir tanto às ameaças vindas do conflito entre os setores oligárquicos, quanto àquelas surgidas da atuação dos movimentos sociais, em especial dos trabalhadores e da baixa oficialidade do Exército.

Após tramitar nas duas casas do Congresso Nacional, o projeto teve extirpados os capítulos

que punham em risco o pacto federativo e as liberdades individuais e diminuía o alcance das medidas concernentes ao estado de sítio. No entanto, muitos dispositivos foram mantidos e entraram no texto na última hora como emendas substitutivas.

Uma dessas emendas merece ser transcrita: trata-se do parágrafo 5º do artigo 60, que, ainda que fora de lugar, pois o artigo dizia respeito à organização da Justiça federal, dispunha que “nenhum recurso judiciário é permitido, para a Justiça federal ou local, contra a intervenção nos estados, a declaração do estado de sítio, e a verificação de poderes (...) assim como, na vigência do estado de sítio, não poderão os tribunais conhecer dos atos praticados em virtude dele pelo Poder Legislativo ou Executivo”.

Em certa medida, tal disposição vinha ao encontro da perspectiva do governo federal de fortalecer-se. De caráter genérico, o parágrafo permitia que se deixassem fora do âmbito do controle judicial os atos praticados pelos Poderes Executivo e Legislativo durante o estado de sítio – o que significava impedir a concessão de *habeas corpus* nos casos de prisões realizadas quando da decretação daquela medida de exceção.

Eduardo Junqueira

FONTES: BRASIL. *Coleção de leis* (1889-2000); CAMPANHOLE. *Constituições*; CARONE, E. *República*; PIVATTO, P. *Discursos*.